

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 114.040 - MG (2019/0167685-8)

RELATOR : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR
RECORRENTE : IGOR BEN HUR REIS E SOUZA (PRESO)
ADVOGADOS : NEGIS MONTEIRO RODARTE - MG070374
MARCEL ABDOL OBEID ALVES - MG190165
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Trata-se de recurso em *habeas corpus* interposto por **Igor Ben Hur Reis e Souza** - denunciado, juntamente com os corréus Eric Alves Ferreira e Diego Oliveira Pereira, como incurso no art. 2º da Lei n. 12.850/2013 e arts. 299, *caput*, 304 e 168, § 1º, III, todos do Código Penal (Ação Penal n. 0029908-63.2016.8.13.0080) - contra acórdão proferido pela Quinta Câmara Criminal do Tribunal de Justiça de Minas Gerais no HC n. 1.0000.18.129870-4/0000, que denegou a ordem, mantendo a decisão de primeiro grau relativa à medida cautelar de suspensão do exercício profissional. O acórdão tem esta ementa (fl. 512):

EMENTA: *HABEAS CORPUS*. ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA, FALSIDADE IDEOLÓGICA E APROPRIAÇÃO INDÉBITA. MEDIDA CAUTELAR DE SUSPENSÃO DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL DA ADVOCACIA. POSSIBILIDADE. INDEPENDÊNCIA ENTRE AS ESFERAS PENAL E ADMINISTRATIVA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO EVIDENCIADO. ORDEM DENEGADA.

- Conforme precedente do Superior Tribunal de Justiça, não existe relação de dependência entre as esferas penal e administrativa, nem vedação no Estatuto da Advocacia que impeça a atuação cautelar na esfera jurisdicional quando verificados seus requisitos.

- Não há que se falar em constrangimento ilegal se a decisão que impôs ao advogado a medida cautelar estiver fundamentada em dados concretos, em especial como forma de evitar a reiteração delituosa.

Neste Tribunal Superior, o recorrente almeja, em síntese, *o provimento do presente recurso para excluir/levantar a medida cautelar de suspensão profissional determinada por ordem judicial* (fl. 548).

Estes autos foram a mim distribuídos por prevenção do RHC n. 80.637/MG.

É o relatório.

Desprovida de previsão legal específica (arts. 647 a 667 do Código de

Processo Penal), a liminar em tema de *habeas corpus*, admitida pela doutrina e jurisprudência pátrias, reclama, por certo, a demonstração inequívoca dos requisitos cumulativos das medidas cautelares, o *periculum in mora* e o *fumus boni iuris*.

Sobre o tema, o Tribunal *a quo* consignou o seguinte (fls. 514/517 - grifo nosso):

Da análise dos autos, **verifico que o paciente, em conjunto com outros réus, responde a três processos criminais, nos quais é acusado dos crimes previstos no art. 2º da Lei 12.850/03, art. 168, § 1º, inciso III, art. 298, 299 e 304, todos do Código Penal.**

Inicialmente, cumpre salientar que a disposição do art. 70 da Lei 8.906/94, que prevê a exclusividade do Conselho Seccional da OAB, e em alguns casos, o Conselho Federal da OAB para punir advogados, assim como a competência do Tribunal de Ética da OAB para aplicação de medida preventiva de suspensão do exercício da profissão, diz respeito a procedimento administrativo disciplinar.

Entretanto, **registro que é cabível ao magistrado a suspensão do exercício da advocacia como medida cautelar, e esta não se confundem com a aplicação de punição ou sanção disciplinar de competência exclusiva da OAB, tendo em vista que se trata de medida cautelar judicial com previsão no art. 319, inciso VI, do Código de Processo Penal, destinada a garantir o regular prosseguimento da ação penal movida contra o paciente.**

O próprio estatuto da OAB prevê a possibilidade de imposição de suspensão ao exercício da advocacia àqueles profissionais que se locupletarem, por qualquer forma, à custa do cliente ou da parte adversa, por si ou interposta pessoa, sendo que não existe relação de dependência entre as esferas penal e administrativa e sequer vedação no Estatuto da Advocacia que impeça a atuação cautelar na esfera jurisdicional, quando verificados seus requisitos.

Com efeito, **os crimes em tese praticados pelo paciente se revelam de especial e concreta gravidade.** Indubitavelmente, comprometem o meio social e autorizam a imposição da medida cautelar, a fim de se evitar a repetição dos atos nocivos censuráveis e, com isso, garantir a ordem pública.

Nesse sentido é o seguinte precedente do STJ:

HABEAS CORPUS. SUBSTITUTIVO DE RECURSO PRÓPRIO. NÃO CABIMENTO. ESTELIONATO E APROPRIAÇÃO INDÉBITA. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. MEDIDA CAUTELAR DE SUSPENSÃO DO EXERCÍCIO DA ADVOCACIA. INEXISTÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL.

1. A Constituição da República define, no art. 105, incisos I, II e III, o rol de competências do Superior Tribunal de Justiça para o exercício da jurisdição em âmbito nacional.

2. À luz desse preceito, esta Corte não vem mais admitindo a utilização do *habeas corpus* como substituto de recurso ordinário, tampouco de recurso especial, nem como sucedâneo da revisão criminal, sob pena de se frustrar a celeridade e desvirtuar a essência desse instrumento constitucional.

3. Contudo, uma vez constatada a existência de ilegalidade flagrante, nada impede que esta Corte defira ordem de ofício, como forma de refrear constrangimento ilegal, situação incorrente na hipótese.

4. O paciente, durante os anos de 2009 e 2010, teria se valido de sua profissão, advogado, para praticar, em tese, diversos crimes de estelionato e apropriação indébita. Extraí-se dos autos que, além de reter os valores a título de honorários pagos por clientes, sem que ajuizasse as ações prometidas, o paciente, em algumas situações, chegou a se apropriar dos documentos pessoais dos constituintes, vindo a realizar um empréstimo consignado em folha em nome de duas das vítimas, razão pela qual é réu em ações de ressarcimento de danos e exibição de documentos.

5. Resta, pois, devidamente fundamentada a medida cautelar de suspensão do exercício da advocacia, levando em conta que as condutas imputadas são mais graves e a frequência com que aconteciam tornam real o risco de que, no exercício da advocacia, o paciente volte a praticá-las. Há, assim, necessidade de se resguardar a ordem pública, mostrando-se caracterizado o justo receio da utilização daquela profissão para o cometimento de infrações penais.

6. Atento ao princípio da proporcionalidade, entendo que, no caso, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa, previstos constitucionalmente, devem ser ponderados em face da necessidade de se resguardar a coletividade das graves e abusivas práticas levadas a cabo pelo paciente.

7. Ordem não conhecida.

(HC 253.924/PB, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEXTA TURMA, julgado em 24/09/2013, DJe 04/10/2013)

Dessa forma, **considero a decretação da suspensão do exercício da advocacia como medida cautelar devidamente fundamentada, adequada e suficiente, sendo, ainda, de extrema importância para resguardar a instrução criminal, uma vez que se afigure como a única forma de impedir que o paciente continue a praticar crimes em razão de seu ofício.**

Pois bem. Sob essa moldura, o acórdão hostilizado não ostenta ilegalidade manifesta, perceptível *primus ictus oculi*, o que exclui o *quantum* de evidência da plausibilidade jurídica do pedido, necessário ao acolhimento do pleito cautelar *initio litis*.

Ao Colegiado cabe, por prudência, o exame do *thema decidendum*.

Indefiro, portanto, a liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de Justiça de Minas Gerais e ao Juízo de primeiro grau competente sobre os fatos alegados na inicial, no prazo de 20 dias e, com essas, abra-se vista ao Ministério Público Federal.

Após, devolvam-se os autos.

Publique-se.

Superior Tribunal de Justiça

DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 2689 - Brasília, Disponibilização: Quarta-feira, 12 de Junho de 2019 Publicação: Quinta-feira, 13 de Junho de 2019

Brasília, 11 de junho de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior
Relator

